



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE  
E EXPEÇA-SE

08/02/2007  
*[Handwritten signature]*

**Requerimento**  
(07-02-2007)

Nº 848/X (2a) - AC

**Assunto: Abandono e alienação pelo Governo do antigo posto de depuração de ostras em Gaio-Rosário, Concelho da Moita**

Apresentado pelos: **Deputado Francisco Lopes (PCP)**

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP tomou conhecimento do alerta e da indignação das populações e eleitos locais da Freguesia de Gaio-Rosário e do Município da Moita face à decisão anunciada pelo Governo da venda em hasta pública do antigo posto de depuração de ostras do Tejo, pelo valor base de 1,35 milhões de euros.

Trata-se de património edificado de grande importância sob o ponto de vista da identidade histórica e cultural da freguesia e do concelho, relativamente ao qual as autarquias locais desde há vários anos vinham prevenindo e alertando as entidades competentes do Poder Central para a necessidade de uma intervenção efectiva – quer para a preservação do imóvel, quer para o seu aproveitamento como centro de investigação e monitorização ambiental. No entanto, as iniciativas e propostas da autarquia nunca tiveram acolhimento, designadamente por parte do IPIMAR e Secretaria de Estado das Pescas.

Em Julho do ano passado, segundo as informações que nos foram transmitidas, o Governo Civil de Setúbal informou o Município da Moita que o processo do posto de depuração de ostras estava em fase de preparação de concurso de contenção da barreira, sob responsabilidade da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

No entanto, o Governo acabou por seguir esta opção de alienar um património que deixou degradar, defraudando as expectativas criadas às autarquias e às populações. Não podemos ignorar que a própria Câmara Municipal da Moita já afirmou que não tem condições financeiras para exercer o direito de preferência na venda em hasta pública.

Esta situação é ainda agravada face ao problema da degradação e insegurança que se verifica em resultado da acumulação de areias e entulhos na zona da Praia Fluvial, junto ao referido imóvel.

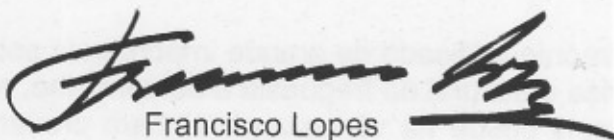
*[Handwritten signature]*  
Preparar o expediente  
07/02/08  
O Chefe de Divisão  
*[Handwritten signature]*



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

Assim, e nos termos da alínea e) do artigo 156º da Constituição e da alínea I do nº 1 do artigo 5.º do Regimento da Assembleia da República, venho requerer ao Governo, através do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e do Ministério das Finanças, os seguintes esclarecimentos:

1. Qual a explicação que o Governo apresenta para o abandono e degradação a que o Poder Central tem vindo a relegar o posto de depuração de ostras do Tejo, em Gaio-Rosário?
2. Está ou não o Governo disponível para reconsiderar a orientação de alienar este imóvel em hasta pública, assumindo as suas efectivas responsabilidades e concretizando os compromissos assumidos quanto à preservação e aproveitamento deste património?

  
Francisco Lopes  
Deputado